

Altamira, 03 de setembro de 2020

**Ao Governador Helder Barbalho
Governo do Estado do Pará**

À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA

Ao Ministério Público do Estado – MPE/Altamira

Ao Ministério Público Federal – MPF/Altamira

**Assunto: Consulta Pública sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará
- PERH**

Está online a terceira etapa da consulta pública sobre o **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará (PERH)** que pretende consolidar a política estadual de gerenciamento e uso de todos os recursos hídricos do Pará. Em 2019, houve, em Altamira, uma reunião presencial para a consulta pública relativa ao diagnóstico e prognóstico do PEHR, realizada pela consultoria contratada pela SEMAS. Nesta ocasião, foi apontada, pela sociedade presente, a insuficiência de se ter apenas uma reunião na cidade sobre esse Plano, a ausência de divulgação ampla e prévia à população e a necessidade de mais tempo para qualificar os debates e a contribuição da sociedade.

Passado mais de um ano, o Governo do Estado decidiu por realizar a terceira e última etapa das consultas públicas de maneira **digital**, em decorrência da pandemia, no prazo **de 21 de agosto a 09 de setembro de 2020 - apenas vinte dias online para manifestação de toda a sociedade paraense sobre a proposta de diretrizes do PEHR.**

O Plano Estadual de Recursos Hídricos é importante para que o planejamento e a gestão dos Recursos Hídricos sejam orientados de acordo com as maiores necessidades das macrobacias paraenses, envolvendo desafios de gestão complexos sobre os usos da água. A consulta ao *Produto 6 - Proposta de Diretrizes, Programas e Metas do PERH* Pará objetiva fechar a versão final a ser enviada ao Governo para posterior aprovação. O Plano tem ações para 5, 10 e 20 anos com um montante estimado de investimentos na ordem de **33,7 bilhões de reais**.

Não é cabível que um Plano que pretende ancorar a política estadual por até vinte anos com esse valor de investimento seja avaliado por toda a população em apenas 20 dias na sua fase de fechamento, de forma online e sem uma consulta prévia ampla e qualificada com as comunidades e municípios que mais sofrem com conflitos pelo uso da água. Esse prazo é desproporcional e incabido, ainda mais no contexto de vulnerabilidade social amplo em decorrência do COVID-19.

A região do Médio Xingu, especialmente os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo, é diretamente afetada pela operação da usina hidrelétrica **UHE Belo Monte** que, desde 2010, transformou completamente os usos da água do rio Xingu, desviado da Volta Grande para a geração de energia das turbinas. A partir de 2020, com a plena instalação da capacidade de geração, o trecho de mais 100 km da Volta Grande será submetido à aplicação de um conflituoso **“Hidrograma de Consenso”**, que contém as vazões de água que devem passar para a Volta Grande e que, supostamente, deveriam manter a vida ecológica e humana na região. Porém, as vazões estabelecidas pelo licenciamento ambiental estão muito abaixo de garantirem isso e esse cenário aponta para sérios conflitos pelos usos da água que podem inviabilizar a permanência das populações indígenas e ribeirinhas.

Nesse sentido, é de fundamental importância que seja instaurado prioritariamente um Comitê de Bacia da Volta Grande e do Reservatório Xingu, pois esse é um instrumento de gestão fundamental para que seja discutido, ano a ano e de forma participativa e paritária, à luz do licenciamento ambiental, o hidrograma real e factível a ser implantado na Volta Grande, com as vazões mínimas que assegurem a reprodução da vida no inverno e no verão. O Comitê será fundamental como espaço de governança interinstitucional para mediar os conflitos e para que a deliberação sobre a gestão da água possa ser feita de forma justa. Apesar do conflito na Volta Grande ser citado no prognóstico do PERH (produto 04), a prioridade para criação Comitê da Volta Grande não está refletida no programa de criação de comitês de bacia.

Para que a sociedade possa se apropriar do PERH e ter o direito de participação efetivado é fundamental que a população dos municípios afetados, em especial as populações tradicionais da Volta Grande – ribeirinhos e indígenas, seja ouvida e consultada prévia, livre e informadamente sobre o PERH, o que não foi possível ocorrer neste curto espaço de tempo no qual o governo abriu a consulta digital até porque muitas localidades não tem acesso a meios de comunicação e muito menos internet. Além disso, seria preciso um diálogo informativo e estruturado pela SEMAS com as populações para que pudessem entender o PERH, se apropriarem e assim efetivar o direito de participação de forma qualificada.

Além disso, um dos passivos ainda vigentes de Belo Monte é o repasse do sistema de saneamento básico à prefeitura de Altamira, que hoje ainda é operado pela concessionária Norte Energia e segue incompleto. O município ainda não tem um Plano Municipal de Saneamento Básico e a gestão do sistema ainda é pendente de resolução. A elaboração de planos de saneamento é um dos subprogramas previstos no PERH e isso também precisa ser melhor discutido com a população do Médio Xingu. O Governo está apenas contatando por whatsapp e email e ouvindo as pessoas que participaram da audiência ao vivo em 2019 e que registraram em lista de presença física seus e-mails e telefones. Mas a reunião que ocorreu em Altamira não foi representativa de toda a diversidade e complexidade da região.

A consulta adequada é um direito, sendo descabido que o Governo conclua esse processo de forma tão rápida. O plano tem que refletir os interesses e prioridades do poder público, usuários e comunidades e para isso necessita de uma construção realmente participativa. Exigimos sermos respeitados como cidadãos moradores da região que sofre constantemente com a instalação da maior obra de infraestrutura de geração de energia do País – que transformou o Xingu em um reservatório nas margens de Altamira e secou o trecho a jusante. Além disso, ainda sofremos com a falta d'água potável em várias regiões das cidades e área rural. **Portanto, não aceitamos que a consulta digital seja considerada válida apenas até dia 09 de setembro como tempo de manifestação final da sociedade.**

Exigimos do Governo do Estado do Pará um prazo adequado para que as pessoas possam ler as propostas, debater e para que a consulta seja devidamente realizada junto às populações. Solicitamos do Governo extensão do prazo da consulta final e a devida apresentação adequada sobre o PERH, suas propostas de programas, para informar e ouvir a população de verdade. Esperamos ver refletido no Plano Estadual de Recursos Hídricos todas as prioridades e necessidades da região do Médio Xingu.

Atenciosamente,

Movimento Xingu Vivo
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade

Centro de Formação do Negro e Negra da Transamazônica e Xingu - CFNTX
Coletivo de Mulheres do Xingu
Coletivo de Mulheres Negras Maria Maria
Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses
Instituto Socioambiental
Juventudes Xingu
SINTEPP/Subsede Altamira
Associação de Mulheres Altamira e Região
Mutirão Pela Cidadania
Conselho Ribeirinho
Movimento Negro de Altamira
Fundação Viver Produzir e Preservar
Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Rio Xingu – AMOMEX
Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri – AMORERI
Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio – AMORA
Diocese de Xingu-Altamira
Comitê REPAM Xingu
Pastorais Sociais da Diocese de Xingu
Comissão Pastoral da Terra -CPT/ Anapu- Xingu
Rede Eclesial Pan Amazônica- REPAM Brasil
Fórum em Defesa de Altamira
Conselho Indigenista Missionário Norte II
Pastoral Diocesana Carcerária
Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Comissão Pastoral da Terra
Conselho Indigenista Missionário CIMI/Xingu
Sociedade do Verbo Divino (SVD) / Missionários do Verbo Divino
Irmãs Franciscanas de Ingolstadt
Irmãs de Notre Dame - Comunidade Anapu
Adoradoras do Sangue de Cristo
Irmãs franciscanas penitência caridade cristã